

A problematização da presença imigrante nas redes de atenção sanitária e de concessão dos benefícios sociais remete, necessariamente, a uma discussão acerca dos itinerários que vêm empreendendo amplos setores da população na sua luta por acessar os escassos benefícios sociais ofertados pelo Estado brasileiro do pós-neoliberalismo. Meus interlocutores, neste trabalho, são imigrantes residentes em Porto Alegre que precisaram recorrer ao sistema de saúde. Realizei entrevistas não-diretivas e desenvolvi observação participante em espaço hospitalar. Escutei os relatos oferecidos não apenas como "experiências-de-perto" do problema da imigração, mas também como uma sucessão de situações que põem de manifesto dispositivos de poder e constrangimentos morais passíveis de influenciar na forma como os imigrantes percebem a si mesmos, refletem sobre a validade da experiência migratória trilhada e, no limite, se "cidadanizam". Para discutir as características da interlocução entre imigrantes e serviços públicos, é necessário repensar determinadas noções reificantes que entendem a diferença como um fator que, em si mesmo, provocaria dificuldades de integração. O imigrante -- este "outro" ao qual serão, efetivamente, negados certos direitos --, é construído no marco de uma relação complexa que envolve a realidade jurídica de um país, os discursos hegemônicos em voga e as disposições do Estado frente à alteridade. Antes de nos perguntarmos como as instituições devem se preparar para atender grupos "minoritários", faz-se necessário atentar para as dinâmicas institucionais que convertem sinais diacríticos dos sujeitos em categorias úteis para ações sanitárias, estas sim capazes de construir "minorias" e moldar sua forma de inserção na sociedade.